

mobilidade dos dolfins de atração do cais flutuante, abrangendo todos os cais, rampas ro-ro, docas, pontes, piers de atração e de acometagem, armazéns, pátios, edificações em geral, vias internas de circulação rodoviárias e ainda, os terrenos ao longo dessas faixas marginais e em suas adjacências, pertencentes à União, incorporados ou não ao patrimônio do Porto de Porto Velho, ou sob sua guarda e responsabilidade.

b) Pela: infra-estrutura de proteção e acessos aquaviários, compreendendo áreas de fundo, bacias de evolução, canal de acesso e áreas adjacentes a estes até as margens das instalações terrestres do porto organizado, conforme definido no item "a" desta Portaria, existentes ou que venham a ser construídas e mantidas pela Administração do Porto ou por outro órgão do Poder Público.

Art. 2º - A Administração do Porto de Porto Velho fará a demarcação em planta, da da área definida no Art. 1º.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 2.736/93)

ALBERTO GOLDMAN

SECRETARIA DE PRODUÇÃO

Departamento de Marinha Mercante

PORTARIA Nº 11, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MARINHA MERCANTE no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria nº 523, de 19 de junho de 1993, do Ministro do Estado dos Transportes, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 1993, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 20271.00006/93-21, resolve:

I - Autorizar a empresa CELIO ROBERTO FONTES CESAR E CIA. LTDA, sediada na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, a funcionar como empresa de navegação de apoio portuário.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO TAVARES DOHERTY

(Of. nº 646/93)

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 87, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata o inciso I, da Portaria nº 124, de 10 de fevereiro de 1992, resolve:

Promover, na forma dos anexos I e II a esta Portaria, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, publicado em conformidade com a Portaria da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação, nº 390, de 25 de maio de 1993.

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	TÍPO	VALOR	
				CRÉDITO	DESEJADO
28P02 110100005 1101	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA OPERACIONAL			72.000.000	72.000.000
28P02 110100002 1101 0001	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTOS E UNIDADES RESIDENCIAIS	1.5 90 51	20%	8.000.000	8.000.000
28P02 110100002 1102	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE METROLOGIA	1.5 90 51	250	8.000.000	8.000.000
28P02 110100005 1102 0004	CONSTRUÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	1.5 90 52	100	32.000.000	32.000.000
28P02 110100035 2014	POLÍTICA NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	3.0 90 28	100	12.000.000	12.000.000
28P02 110100035 2014 0045		3.0 90 29	100	12.000.000	12.000.000
				TOTAL	12.000.000
					12.000.000

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	TÍPO	VALOR	
				CRÉDITO	DESEJADO
28P02 110100005 1101	MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL CONSTRUÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA OPERACIONAL			72.000.000	72.000.000
28P02 110100002 1101 0001	CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE POSTOS E UNIDADES RESIDENCIAIS	1.5 90 51	20%	8.000.000	8.000.000
28P02 110100002 1102	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE METROLOGIA	1.5 90 51	250	8.000.000	8.000.000
28P02 110100005 1102 0004	CONSTRUÇÃO E ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	3.0 90 28	100	12.000.000	12.000.000
28P02 110100035 2014	POLÍTICA NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	3.0 90 29	100	12.000.000	12.000.000
28P02 110100035 2014 0045		3.0 90 30	100	12.000.000	12.000.000
					12.000.000

(Of. nº 470/93)

SECRETARIA DE POLÍTICA COMERCIAL

PORTARIA Nº 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1993

O Secretário de Política Comercial do MICP, tendo em vista as atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 60, de 22 de setembro de 1993, do Senhor Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, que dispõe sobre as Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, resolve:

Art. 1º Atribuir, ao Departamento Nacional do Registro do Comércio-DNRC, o cumprimento das seguintes providências, constantes do art. 1º do regulamento aprovado pela citada portaria:

I analisar os pedidos para emissão de Certificado Provisório, conferido a investidores nacionais brasileiros e argentinos, ou as suas alterações, examinando, para isso, conforme o caso, os documentos enumerados no art. 3º e seu parágrafo único, ou no art. 4º, do mencionado regulamento;

II analisar os pedidos para emissão de Certificado Definitivo para qualificação de Empresas Binacionais, ou as suas alterações, examinando, para isso, os documentos enumerados no art. 7º do mesmo regulamento;

III manifestar-se sobre as transferências de ações, participações, cessão de cotas e alterações de capital, quando implicarem em modificação da estrutura societária de Empresa Binacional, tendo em vista a declaração prevista no art. 9º, § 1º, do citado regulamento;

IV Constituir e manter atualizado o Cadastro de Empresas Binacionais, de consulta pública, de ambos os países;

V preparar os documentos a serem emitidos pela Secretaria de Política Comercial na qualidade de Autoridade de Aplicação do Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.

Art. 2º Os pedidos de Empresas Binacionais Argentinas serão protocolados na Secretaria de Política Comercial e enviados ao Departamento Nacional do Registro do Comércio-DNRC, onde serão processados de acordo com instruções internas, por este expedidas.

Art. 3º Ultimado o processamento, com a expedição do Certificado Provisório ou Definitivo, conforme o caso, o processo será arquivado no Departamento Nacional do Registro do Comércio-DNRC, após lançamento dos dados cadastrais previstos no art. 12 do regulamento aprovado pela Portaria 60/93.

Art. 4º O processo de desqualificação, a que se refere o art. 10 do mesmo regulamento, instaurado mediante despacho do Secretário de Política Comercial, em face de denúncia de infração ao Estatuto das Empresas Binacionais ou à legislação do Brasil, será iniciado pela intimação à empresa para que apresente defesa, no prazo de 15 dias, intimação essa providenciada pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio-DNRC, que se incumbirá do processamento, remetendo o processo, devidamente informado e com parecer da Divisão Jurídica, ao Secretário de Política Comercial, para decisão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO JOSÉ OTAVIANO ROBALINHO DE BARROS

(Of. nº 469/93)

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

Diretoria de Metrologia Legal

PORTARIA Nº 166, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1993

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do INMETRO, através da Portaria nº 257, de 12/11/1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 08550 000728/93, resolve aprovar o modelo 3260-XXII de balança automática, eletrônica, digital, marca TOLEDO, bem como as instruções que deverão ser observadas quando da realização da verificação inicial e das verificações periódicas.

ROBERTO LUIZ DE LIMA GUIMARÃES

PORTARIA Nº 167, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1993

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do INMETRO, através da Portaria nº 257, de 12/11/1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 08550 002477/93, resolve aprovar o modelo 3260-VI de balança automática, eletrônica, digital, marca TOLEDO, bem como as instruções que deverão ser observadas quando da realização da verificação inicial e das verificações periódicas.

ROBERTO LUIZ DE LIMA GUIMARÃES

PORTARIA Nº 168, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1993

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do INMETRO, através da Portaria nº 257, de 12/11/1991, e tendo em vista o que